

12. CONTRATOS-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal as minutas de contratos-programa das seguintes empresas municipais e respetivos pareceres prévios:

- a) TUB-EMPRESA DE TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA;**
- b) BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.;**
- c) IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.;**
- d) TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A.;**

As referidas minutas de contratos-programa, dão-se como reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricadas por todos os membros presentes na reunião.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, S.R.O. Lda

À S.ª de Excmo

17/12/13

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º6/alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pelo **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.**, do **Município de Braga** com base no "Contrato Programa" no valor de 853 126 euros para o exercício de 2018, cuja minuta se anexa (documento com dez páginas por nós rubricadas e carimbadas).
2. O Teatro Circo constitui, no quadro das suas atribuições, um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da Câmara Municipal de Braga, promovendo a criação e fidelização de públicos e o enriquecimento cultural dos seus cidadãos.
3. O valor do subsídio à exploração visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais das atividades prosseguidas pelo Teatro Circo na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada com o Município de Braga.

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do conselho de administração do Teatro Circo o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

10. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 07 de dezembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. Lda
a Gerência

- e) Esta missão reflete-se nos objetivos estratégicos e programação cultural do Teatro Circo, os quais constam dos Instrumentos de Gestão Previsional e visam, nomeadamente:
- i. A aposta numa programação eclética, de elevada qualidade, diversificada e abrangente;
 - ii. A abertura do Teatro Circo à comunidade e aos criadores locais;
 - iii. A criação e fidelização de públicos;
 - iv. O desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável;
 - v. O reforço da notoriedade e posicionamento do Teatro Circo.
- f) Para a prossecução dos objetivos acima definidos, o Teatro Circo desenvolve um programa cultural próprio, diverso na sua temática, abrangendo todas as áreas culturais (desde o teatro, dança e música, e outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências sob o tema da cultura), passando também pela formação de públicos e visitas ao Theatro, representando mais de metade das atividades acolhidas nas suas instalações, a par de uma programação externa que decorre dos alugueres de sala e prestações de serviço que realiza.
- g) A programação desenvolvida pelo Teatro Circo, que se quer abrangente no que concerne aos seus públicos-alvo, acessível a todos e promotora de um maior conhecimento e fruição cultural, implica a prática de uma política de preços reduzidos, com descontos adicionais para segmentos específicos da população. Esta prática, decorrente da sua natureza de serviço público, limita necessariamente as receitas auferidas no âmbito das atividades de programação interna concretizadas, pelo facto de não serem executadas a preços de mercado, sendo estas receitas deficitárias para fazer face aos custos que as respetivas atividades acarretam.
- h) Assim, é necessário dotar o Teatro Circo dos instrumentos financeiros que lhe permitam fazer face ao défice supracitado, garantindo as condições necessárias para a concretização do programa cultural.
- i) O subsídio à exploração a atribuir à empresa municipal, como contrapartida das obrigações assumidas neste âmbito, depende da celebração de Contrato-Programa, forma esta exigida em conformidade com o disposto no art.º 47º da Lei nº 50/2012, devendo definir-se o seu objeto, montante do subsídio à exploração, obrigações dos outorgantes e, ainda, os indicadores e objetivos a atingir.

- e) Reforço das receitas próprias do Teatro Circo e concretização de novas fontes de financiamento.
- f) Otimização contínua dos custos na operacionalização da programação interna.

Cláusula 3.ª

(Regime da comparticipação financeira)

1. O montante da comparticipação financeira a atribuir ao Teatro Circo é de 853.126€ (oitocentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e seis euros), a ser transferido da seguinte forma:

- a) 11 Transferências mensais de 70.000€ (setenta mil euros), entre janeiro e novembro de 2018, inclusive, valor que deverá ser transferido até ao dia 10 de cada mês;
- b) Transferência de 83.126€ (oitenta e três mil cento e vinte e seis euros), até 10 de dezembro de 2018;

2. O valor da comparticipação financeira visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais das atividades prosseguidas pelo Teatro Circo na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada entre as partes, como se demonstra no Anexo I ao presente contrato.

Cláusula 4.ª

(Obrigações do segundo outorgante)

1. O segundo outorgante obriga-se a apresentar ao primeiro outorgante relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos de Gestão Previsional e, ainda, um relatório final referente ao desenvolvimento do Contrato-Programa celebrado, identificando a missão desenvolvida e os objetivos alcançados, descrevendo as atividades realizadas e apresentando indicadores quanto aos resultados obtidos.

2. Do relatório final, a apresentar até final de março de 2019, constarão as políticas de preços concretizadas, das quais decorriam receitas operacionais, no ano em curso, inferiores aos custos anuais, de acordo com o definido nos termos do art.º 47º da Lei nº50/2012.

Cláusula 5.ª

(Indicadores de Eficácia e Eficiência para 2018)

Considerando os objetivos definidos na cláusula 2ª e por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 1 da cláusula 4ª, no que concerne à medição da sua realização, são definidos os seguintes indicadores:

Cláusula 6.ª

(Acompanhamento e fiscalização)

A Câmara Municipal de Braga reserva-se o direito de verificar o cumprimento do disposto no presente Contrato-Programa através do acompanhamento das ações propostas e desenvolvidas pelo Teatro Circo.

Cláusula 7.ª

(Incumprimento da cláusula 3ª)

A falta de cumprimento das obrigações constantes da cláusula 3ª ou a mora no seu cumprimento implica, salvo facto devidamente justificado e aceite pelo primeiro outorgante, a impossibilidade de celebração de novo Contrato-Programa.

Cláusula 8.ª

(Vigência do contrato)

O Contrato-Programa produzirá os seus efeitos após a obtenção do Visto no Tribunal de Contas e vigorará no ano de 2018.

Cláusula 9.ª

(Aceitação)

O presente Contrato-Programa, a submeter para aprovação pelo Executivo Municipal, vai ser assinado pelo primeiro e segundo outorgantes.

Cláusula 10.ª

(Compromisso)

Ao presente Contrato-Programa foi atribuído o número de compromisso xx, nos termos da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Braga, xx de novembro de 2017

O Vice-Presidente da C. M. de Braga

A Administração do Teatro Circo EM, S.A.

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

c) Preços médios por área e preços de mercado

O quadro seguinte apresenta o valor médio do preço do bilhete (IVA incluído) por área de atividade da programação interna, face ao preço de mercado que teria que ser praticado pela empresa, ainda que visando a obtenção de um lucro mínimo.

	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espectáculos	13,5 €	9,6 €	38 €
Sessões de Cinema	3,5 €	2,3 €	18 €
Formação de Públicos	10,0 €	8,0 €	49 €
Outros Eventos	10,0 €	2,0 €	21 €
Visita	3,5 €	1,0 €	6 €

Os preços acima apresentados para o bilhete inteiro, a serem praticados em 2018 pelo Teatro Circo de Braga, correspondem a um valor médio por evento, variando, por princípio, num intervalo pré definido com o Município, a saber:

	Grande Público	Público escolar
Espectáculos	[6,00€ - 25,00€]	[3,5€ - 5€]
Sessões de Cinema	3,50 €	n.a.
Formação de Públicos	[5,00€ - 20,00€]	[3,5€ - 10€]
Outros Eventos	[5€ - 12,5€]	[3,5€ - 5€]
Visita	3,50 €	n.a.

n.a. – não aplicável

Não obstante os valores acima indicados, previamente à aprovação da programação específica, efetuada numa base bimensal, é realizada uma reunião com o representante do Município para a aprovação do preço estabelecido para cada atividade a realizar, podendo os mesmos serem ajustados.

d) Plano previsional de rendimentos – Programação Interna

Face ao acima exposto, e considerando as atividades e públicos estimados, foi definido o seguinte plano previsional de rendimentos:

Rendimentos Programação Interna	Valor (S/IVA)
Bilheteira	276 020 €
<i>Bilhetes Inteiros</i>	174 310 €
<i>Bilhetes com desconto</i>	101 710 €
Pré-vendas	12 666 €
Cartões Quadrilátero	13 922 €
Patrocínio/Apoio Eventos	7 000 €
Total	309 608 €

f) Subsídio à Exploração

Face aos rendimentos e custos acima apresentados, e tendo por base o diferencial entre o preço real e o preço praticado pelo Teatro Circo para as atividades de programação própria, estima-se a atribuição do subsídio à exploração no montante de 853.126€.

	Valor 2018
Rendimentos Programação Interna	309 608 €
Custos Programação Interna	1 162 734 €
Défi ce Gerado = Subsídio à Exploração	853 126 €



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & I. AMORIM SROC 153

A. M. de Castro.

12/12-13

IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela entidade **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.** adiante designada por **InvestBraga**, do **Município de Braga** com base no “Contrato Programa” no valor de 339 334 euros para o exercício de 2018, cuja minuta se anexa (documento com quatro páginas por nós rubricadas e carimbadas).
2. Estes subsídios à exploração são devidos pelo Município de Braga como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade quanto a:
 - a) No quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e incrementem a atividade económica da região, criando condições para a instalação de novas empresas e para a promoção de novas atividades e desenvolvimento das já existentes;
 - b) Em colaboração com o Pelouro da Cultura do Município de Braga, apoiar a realização da Feira do Livro e disponibilizar os serviços de apoio e espaços no Parque de Exposições de Braga à Companhia de Teatro de Braga para a dinamização da sua atividade.



Responsabilidades

3. É da responsabilidade do conselho de administração do Teatro Circo o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:
 - Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
 - Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
 - Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.
6. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos, traduzida em KPI's para as principais áreas de atuação da entidade e em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

Parecer

7. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que permita concluir ou indicié que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos.
8. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, Lda

Braga, 11 de dezembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)

CONTRATO - PROGRAMA - 2018


G. CASTRO, A. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, S.R.O.C. LDA
a Gerência

ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGA, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo presidente da câmara municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**,----- E

IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. (InvestBraga), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por **Carlos Duarte Oliveira e Silva** como 2.º outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 47/2017 do conselho de administração, que se arquivou,-----

É celebrado o presente contrato programa, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

CLÁUSULA 1.ª

(Âmbito do Contrato-Programa)

-----O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objetivos programados no que respeita à promoção do desenvolvimento económico, e de atividades culturais, desportivas e recreativas nas instalações da InvestBraga durante o ano de 2018.-----

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações da InvestBraga)

-----A InvestBraga no âmbito da atividade de dinamização económica e atração de investimento que é uma das áreas estruturantes da sua atividade e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e cresçam a atividade económica da região com:-----

- a instalação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;--
- promover o desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado e de cariz tecnológico, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado;-----
- promover o desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em setores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte



know how na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado);-----

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

- acompanhar/monitorizar a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico; -----

a Gerência

h.

KPI's da atividade de Dinamização Económica e Atração de Investimento

1	Projetos agilizados no espaço do investidor	n.º	100
2	Investimentos relevantes realizados por investidores locais, nacionais e internacionais (dimensão superior a 50 postos de trabalho)	n.º	10
3	Reuniões de promoção Invest in Braga com empresas com potencial de investimento	n.º	50
4	Visitas de embaixadores a Braga	n.º	8
5	Visitas às empresas locais de referência	n.º	10
6	Atribuição do título de Embaixador Empresarial de Braga a empresários de referência	n.º	4

- alavancar a expansão internacional das Startups apoiadas através do estreitar de relações com o Reino Unido e Estados Unidos da América;
- orquestração e dinamização do ecossistema de empreendedorismo local através da promoção de sinergias entre as várias entidades da Rede Startup Braga;
- reforço da aposta na especialização das áreas de atuação da Startup Braga, de forma a criar diferenciação e valor a partir das vantagens comparativas e competitivas da região.
- apoiar o desenvolvimento de Startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento que atuem em área com referências fortes no ecossistema regional forte como é o caso da Economia Digital;

KPI's da atividade da Startup Braga

1	Startups apoiadas (n. acumulado)	n.º	140
2	Startups incubadas (n. acumulado)	n.º	50
3	Investimento angariado pelas Startups	n.º	17M
4	Participação de Startups em eventos, programas e iniciativas internacionais	n.º	50
5	Startups com presença ativa em mercados internacionais	n.º	20



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

----- Para a concretização dos objetivos da atividade de dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo a CMB contribuirá com um subsídio de 287.300,00 Euros.-----

-----No plano cultural a InvestBraga obriga-se a promover com a colaboração do pelouro da Cultura da C. M. Braga, a realização da Feira do Livro e, designadamente, o seu programa cultural, que visa a promoção do livro e da leitura junto dos munícipes, em geral, e das camadas estudantis, em particular. A contrapartida para esta atividade será de 32 000,00 Euros.-----

-----A InvestBraga facultará os serviços de apoio e espaços no Parque de Exposições de Braga à Companhia de Teatro de Braga para dinamização da sua atividade, mediante a contrapartida de 20.034,00 Euros.-----

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações da CMB)

-----Pela prossecução dos objetivos setoriais citados na CLÁUSULA 2 e respeitantes ao ano de 2018, a CMB obriga-se a atribuir à InvestBraga um subsídio de exploração no montante de 339 334,00 Euros (trezentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e quatro euros), com pagamento mensal, em valor proporcional ao contrato.-----

CLÁUSULA 4.ª

(Cabimento e Compromisso)

-----A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato-programa, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: _____ do Orçamento do Município de Braga em vigor, como consta das informações de cabimento n.º _____ e de compromisso n.º _____, ambas de ____ de _____.-----

CLÁUSULA 5.ª

(Início e duração do Contrato)

-----O presente contrato vigorará durante o ano de 2018, tendo a respetiva minuta sido aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de ____ de ____ de 2017, sob proposta do respetivo órgão executivo aprovada na reunião de ____ do referido mês de _____.-----

CLÁUSULA 6.ª



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, S.R.O.C. LDA

(Resolução)

-----O incumprimento por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato, poderá dar origem à sua resolução imediata por iniciativa do cumpridor.-----

CLÁUSULA 7.ª

(Disposições Finais)

-----Em tudo quanto não estiver aqui expressamente previsto, são aplicáveis as disposições legais que regulamentam este tipo de contrato.-----

-----Este contrato programa vai ser assinado pelas partes depois de o acharem conforme.-----

Braga, ____ de ____ de 2017.-----

PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

PELA INVESTBRAGA,

Carlos Duarte Oliveira e Silva



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

António de Sousa

17/12/13

BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º6/alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, do **Município de Braga** com base no “Contrato Programa” no valor de 1 100 000 euros para o exercício de 2018, cuja minuta se anexa (documento com nove páginas por nós rubricadas e carimbadas).

2. Este contrato programa consubstanciado em subsídios ou outras transferências financeiras da entidade participante são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade no âmbito de:

- a) Competências atribuídas enquanto entidade do setor empresarial local, ao nível dos fogos de habitação social e do apoio ao arrendamento de fogos destinados a famílias carenciadas, bem como da conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
- b) Obrigações assumidas (i) por um lado, pela Bragahabit em matéria de disponibilização de habitação em condições de preços inferiores aos preços de mercado (medidos estes pelas “rendas de mercado” estabelecidas para os casos de arrendamento sem apoio social, quanto a prédios próprios e pelas rendas efetivamente pagas pela Bragahabit, para os casos em que recorre a prédios de terceiros) e, (ii) por outro lado, pela atribuição de apoios monetários a famílias carenciadas.



3. É da responsabilidade do conselho de administração da Bragahabit o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação das diferenças entre os valores das rendas a preços de mercado ajustado às condições reais de vetustez do parque imobiliário e o valor das rendas a cobrar dos beneficiados, tendo em conta o número de contratos previsível (à luz da experiência do passado) bem como no cômputo do valor global dos apoios monetários a atribuir, considerando o número previsível de casos em cada vertente de apoio – conforme vem expresso na minuta de CONTRATO PROGRAMA.

Em termos do valor efetivo do subsídio, foi acordado um montante abaixo do estimado com base nos pressupostos referidos e no nível de resultados previsíveis da entidade.

7. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

sede: Praça Camilo Castelo Branco, 31 - Sala 43 - 4700-209 Braga - tel. +351 253 201 300/9 - fax +351 253 201 302 - geral@sroc153.com
Avenida D. João IV, 187 - Sala 25 - 4810-531 Guimarães - tel. +351 253 439 250 - fax +351 253 439 259 - romeusilva@sroc153.com

NPIC 504 078 500 - NRQC nº 153 - NMM nº 20161463 - Capital Social 0.000,00 eur



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que permita concluir ou indicié que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 07 de dezembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.

Rua D. Paio Mendes, nº 51
4700.424 Braga

Tel. 253 268 666 | 253 208 250
Fax. 253 268 668

Email. info@bragahabit.pt
Internet. www.bragahabit.pt



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
a Gerência


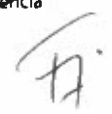
CONTRATO-PROGRAMA

Entre a **Câmara Municipal de Braga**, adiante designada por Câmara, neste ato representada pelo seu Presidente Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e a **Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração Vítor Manuel Esperança Ribeiro;

Considerando que :

- A. O Apoio financeiro ao arrendamento de fogos a estratos sociais desfavorecidos efetuado pelo Município, foi transferido, por delegação de competências, para a empresa Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga;
- B. Nos termos do Artigo. 5º dos respetivos Estatutos, a Bragahabit, E.M. tem como principal atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da empresa e dos fogos de habitação social que sejam propriedade municipal - adquiridos, construídos ou arrendados para posterior subarrendamento - designadamente com a cooperação financeira do Estado ao abrigo de programas de habitação social, assim como o de proceder à conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
- C. A Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. assegura também a promoção de mecanismos e processos de inclusão social e habitacional, através de ações individualizadas de acompanhamento às famílias, de implementação e participação em projetos e parcerias, bem como pela promoção de ações específicas de desenvolvimento comunitário nos bairros sociais;
- D. A Bragahabit assegura ainda apoio habitacional a projetos específicos, como são os casos dos “sem-abrigo”, “inclusão dos ex-presidiários” e os de “vítima de violência doméstica”;

Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.


G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência


- E. A Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. exerce outras atribuições que lhe estejam cometidas pelo Município de Braga nos domínios da ação social, educação e ensino;
- F. O valor dos rendimentos da Bragahabit, EM provêm maioritariamente das rendas socialmente atribuídas, cujo valor está dependente dos rendimentos dos agregados familiares mais carenciados, obtidos de acordo com a Lei 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;
- G. O valor dos rendimentos obtidos das rendas sociais são muito inferiores aos que poderiam ser alcançados por arrendamento livre no mercado;
- H. A diferença entre as rendas sociais e as rendas de mercado consubstancia a grande parte do esforço financeiro que a Bragahabit, EM suporta em consequência da delegação de competência referidas no ponto A;
- I. O valor aproximado do esforço financeiro feito pela Bragahabit, EM, obtido da Contabilidade da empresa e do seu programa de gestão, supera 1,6 milhões de euros, conforme mapa de cálculo anexo a este documento;
- J. Bragahabit, EM não dispõe de rendimentos de atividades próprias que assegurem a cobertura do esforço financeiro acima descrito que permitam garantir o equilíbrio financeiro da empresa;
- K. Podem ser celebrados contratos-programa que atendam à prossecução de objetivos setoriais, em conformidade a Lei n.º. 50/2012, de 31 de Agosto, art.º. 50º:

Foi acordada a celebração do presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato-programa, celebrado nos termos do art.º. 50º da Lei n.º. 50/2012, de 31 de Agosto, tem por objeto o estabelecimento

das condições a que as partes se obrigam em ordem a assegurar a prossecução de objetivos setoriais da Bragahabit no âmbito do apoio ao arrendamento urbano a famílias de fracos recursos.

Cláusula 2ª

Obrigações e direitos das partes

1. A Bragahabit obriga-se a conceder apoios habitacionais nos termos anteriormente referidos, a estratos sociais carenciados nos termos da respetiva regulamentação em vigor.

2. A Câmara obriga-se a participar financeiramente na cobertura de parte dos encargos através da atribuição de um subsídio 1.100.000,00 (um milhão e cem mil euros), para o ano de 2018, a satisfazer em duodécimos.

Cláusula 3ª

Indicadores de eficácia e eficiência

O contrato-programa estabelecido entre os presentes subscritores tem por objeto assegurar a prossecução dos seguintes indicadores de eficácia e de eficiência:

O indicador de eficiência na utilização dos fogos permite avaliar a forma como a empresa está a cumprir o seu objetivo social, nomeadamente maximizando a utilização de fogos habitacionais detidos.

Para 2018 prevemos a melhoria substancial deste indicador, na sequência da reabilitação dos fogos dos bairros sociais de St.ª Tecla e Enguardas.



EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE FOGOS				
ANOS		2016	2017	2018
N.º de fogos sob gestão para arrendamento		708	792	759
N.º de fogos devolutos		53	62	10
Indicador		93%	92%	99%

O indicador de eficiência na atualização dos Rendimentos permite avaliar a forma como a empresa ajusta o valor dos rendimentos anuais dos seus beneficiários ao cálculo do valor das rendas ajustado, de acordo com a lei aplicável.

O ano de 2018 será, de acordo com o Regulamento, feito o ajustamento a todos os contratos ativos.

EFICIÊNCIA NA ATUALIZAÇÃO DE RENDIMENTOS				
ANOS		2016	2017	2018
N.º de processos ativos		742	750	750
N.º de processos atualizados		742	442	750
Indicador		100%	59%	100%

O indicador de eficácia nas cobranças, permite avaliar a capacidade da empresa em fazer cumprir os contratos de apoio social à habitação.

Para o ano de 2018 prevemos melhorar a eficácia deste indicador, na sequência da melhoria das condições de alojamento dos bairros reabilitados.

Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.

EFICÁCIA NAS COBRANÇAS				
ANOS	2016	2017	2018	
N.º de processos ativos	742	750	750	
N.º de processos em incumprimento	93	162	75	
Indicador	13%	22%	10%	

Cláusula 4ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do Fiscal Único, produz efeitos no próximo ano de 2018 e é celebrado por proposta da Câmara Municipal de Braga e respetiva aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Cláusula 5ª

Integração em plano de atividades

Para satisfação do disposto na Lei nº. 50/2012, de 31 de Agosto, o presente contrato-programa integrará o Plano de Atividades da